

## REVISITANDO LUGARES E REINVENTANDO CAMINHOS: AROEIRAS ENTRE A CIDADE QUE SE TINHA E A URBES QUE SE QUERIA TER (1950-1960).

Iordan Queiroz Gomes<sup>1</sup>

Em Aroeiras<sup>2</sup>, a década de 1950 dava os primeiros sinais de vida. Certamente, nessa época ouvia-se falar de um suposto “movimento de emancipação” em torno da independência política administrativa da cidade. Sobre essa história, certa memória coletiva encontra alguns “pontos de referência<sup>3</sup>” que parecem estruturar a lembrança desse fato ocorrido naqueles idos de 1950. Entre eles incluem-se, evidentemente, a própria data da emancipação (1953), o suposto “movimento” em torno de sua concretização e alguns personagens históricos que muito provavelmente participaram do fato cuja *importância* tal memória se presta incessantemente a ser lembrada, inclusive, por muitos de nossos entrevistados.

Alguns desses pontos de referência nos é lembrado pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros<sup>4</sup>. Nesse documento, afirma-se que quando da oportunidade de criação dos “novos municípios da Paraíba, em 1953, **os habitantes de Aroeiras**, através do que havia de mais representativo na sociedade, se **movimentaram** a fim de conseguir sua emancipação política de Umbuzeiro” (grifo nosso). E, naquele contexto, completa, “Aroeiras soergue-se diante da Lei número 980 de 02 de dezembro de 1953<sup>5</sup>”. Certamente um “jogo de representações<sup>6</sup>” em que a emancipação aparece como resultado de um desejo coletivo.

Representações à parte, os indícios atestam que naquele mês de dezembro de 1953, a iniciativa de criação dos novos municípios vinha “monopolizando todas as atenções” mesmo

---

<sup>1</sup>Mestre em História pelo Programa de pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG).

<sup>2</sup> A cidade de Aroeiras está situada no Agreste paraibano, distante de Campina Grande, cidade polo, cerca de 54 km e de João Pessoa, capital do Estado, 178 km, aproximadamente. Segundo dados do IBGE, inscritos no Censo de 2010, sua população é de 19.082 habitantes, contendo sua unidade territorial, uma área de 374, 694 Km<sup>2</sup>. A cidade pertenceu a comarca de Umbuzeiro até 1953 quando foi emancipada.

<sup>3</sup> Sobre a memória coletiva na leitura de Halbwachs ver Pollack (1989, p. 3) Cf. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989. p. 7-11).

<sup>4</sup> A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros citada foi produzida em comemoração ao quarto aniversário do governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira e publicado em 31 de janeiro de 1960. Nela, temos o primeiro registro oficial no qual Aroeiras surge como uma cidade. Daí, dela extraímos certa “memória oficial” agenciada através dos representantes do PSD a nível local.

<sup>5</sup> IBGE (1960, p. 201, grifo nosso). Aqui informamos que quando da transcrição de textos de época o faremos seguindo a grafia da época.

<sup>6</sup> Referimo-nos ao conceito de Representação tal como evidenciado por Chartier (CHARTIER, 1990; 2009) (Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990; \_\_\_\_\_. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009).

sendo vista “até certo ponto aventureira, dadas as oscilações de nível econômico que a Paraíba não raro” experimentava, “mais por fatalidades climatéricas, do que por escassês e capacidade de iniciativa de seus filhos”. Um empreendimento tido como promissor, um tanto quanto ousado, mas que trazia consigo “inesgotáveis reservas de confiança no futuro e no sentimento arraigado de fé nos destinos da Paraíba, caracterizando um fenômeno social que nos pode ser amplamente creditado” conforme vinha “salientando o governador João Fernandes de Lima ao vincular seu nome aos atos históricos de criação de novas edilidades<sup>7</sup>”.

Uma investida memorável, sem dúvida, digna de referência, registrada pelo tempo, oficializada pela memória. Estaríamos diante de mais um trabalho de enquadramento da memória, sobretudo, coletiva? Caso positivamente, o certo é que nessa empreitada que vinha enriquecendo o “mosaico territorial do Estado”, o chefe do executivo estadual não estava sozinho, pois na medida em que ainda havia “processos pendentes e processos apenas começados”, aos quais faltava “juntar documentação substancial”. Nesse aspecto, entrava em cena as ações dos representantes legais de suas respectivas regiões no sentido de movimentar os tramites dos projetos. Tais movimentações eram tidas como um verdadeiro “esforço cívico e muitas idas e vindas de interessados, paraibanos digníssimos do maior apreço pelas cruzadas patrióticas nas quais se empenharam em benefício dos torrões natais<sup>8</sup>”.

Logo, certos interesses individuais, mais localizados, devam nos chamar atenção na investida de se emancipar Aroeiras. No caso de Aroeiras é preciso levar em consideração uma coisa: a possível oposição entre os grupos políticos do Partido Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) nesse processo. Majoritários no cenário nacional desde 1937, os dois partidos, a nível local, eram representados por Roberto Pessoa então deputado pelo PSD e Carlos Pessoa Filho prefeito de Umbuzeiro pela UDN<sup>9</sup>. O suposto desejo coletivo poderia atender a interesses mais localizados, porque não dizer, individuais e/ou extensivo a certos grupos políticos.

Nesse particular, cabe lembrar que Aroeiras talvez não figurou um caso isolado na medida em que, no mesmo contexto, há indícios de que as oligarquias políticas “apoiaram-se

<sup>7</sup> Desde 1949, dos 41 municípios existentes na Paraíba, “foram acrescentados os de Sumé (1951), Pedras de Fogo, Pilões, Solânea, Uiraúna e São Mamede” além de Pípirituba e Alagoniã em 1953. Veja A União, Jornal, João Pessoa, 05 de Dezembro de 1953.

<sup>8</sup> A União, Jornal, 06 de Dezembro de 1953.

<sup>9</sup> Sobre a Administração de Carlos Pessoa Filho de 1951 a 1955 ver Gomes (1995, p. 43) (Cf. GOMES, José Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos: nossa terra, nossa história, nossa gente.** Umbuzeiro, PB: 1995).

dos núcleos locais de partidos nacionalmente constituídos - a UDN e o PSD<sup>10</sup>, para poderem lançar representações as eleições livres asseguradas pela constituição de 1946. No caso de Umbuzeiro e região, a oligarquia política ligada a família Pessoa em Umbuzeiro, certamente se movimentou em relação a indicar seus representantes nas legendas legalmente instituídas. A grande diferença é que, no caso de Umbuzeiro e região, essa oligarquia política de base familiar parecia está ruída por dentro, ou seja, na região, UDN e PSD figuravam representações legais, de base oposicionista, que traziam consigo uma oposição advinda do interior da própria oligarquia familiar por motivos os quais tentamos apresentar em momento oportuno<sup>11</sup>. E, talvez por isso, a nível local, tudo indica que a ideia de emancipar a cidade não agradou a todos, movimentando o vai e vem de interessados pela emancipação, outros não.

Enfim, em tempo reafirmamos que tratamos a emancipação política da cidade como acontecimento introdutório as reformas e transformações urbanas ocorridas no espaço urbano aroeirense a partir de 1950. Aqui, a forma como o "imaginário" local se comportará diante desse "novo" momento de sua história, guiará nossos passos. Afinal, de fato, é a partir de 1953 que a cidade passará a existir em sua forma institucional, nomeada, regida por um código de leis próprio, sendo esse, certamente um dos principais acontecimentos ocorrido no contexto que irá modificar em muito o cotidiano da cidade. Os indícios atestam...

**A configuração urbana...** No contexto da coleta dos dados para realização da Enciclopédia, a saber, na passagem da década de 1940 a 1950, estamos falando de um momento em que as ruas da pequena Aroeiras ainda não eram calçadas. Com pouca iluminação, poucos metros de passeio público em curso, com poucas casas de comércio, outras poucas casas privadas e estabelecimentos públicos, não ultrapassando o total de aproximadamente "582 prédios em 1956", enfileirando-se desordenadamente pelo centro. Cabe alertar que nesse contexto, Aroeiras convivía com um misto urbanidade/ruralidade, ou seja, em seu espaço os limites entre o urbano e o rural não estavam tão nitidamente definidos,

---

<sup>10</sup> Veja-se a leitura de Bezerra (2012, p. 259) sobre as proposituras de Cittadino (1998) acerca do reordenamento político na Paraíba após a constituição de 1947, BEZERRA, Josineide da Silva. Sobre política e território: emancipações municipais na Paraíba, nas décadas de 1950 e 1960. In: CEBALHOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.) **História, Memória e Comemorações**. ANPUH - PB. Campina Grande: EDUEFCG, 2012.

<sup>11</sup> Veja-se as considerações em torno da trama política para emancipar a cidade de Aroeiras em 1953 em Gomes (Cf. GOMES, Iordan Queiroz. Sensibilidade e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1930). Campina Grande - PB, 2012a. (Mestrado em História PPGH-UFCG).

chegando a fundirem-se<sup>12</sup>. Ao menos é o que se pode notar se decidíssemos continuar caminhando por suas ruas neste contexto. Vejamos os indícios...

**Os desejos e os sonhos de se construir a cidade...** Com a emancipação da cidade, a eleição de 1955 formou-se o primeiro governo municipal com os poderes executivo e legislativo. A frente do executivo Sebastião Souto Maior assumira o cargo pela UDN. Já o poder legislativo foi formado pelos Srs. Antônio Pedro da Silva, Pedro Paulo de Andrade, Silvino Fernandes de Moura e João de Brito Lira, eleitos pela legenda da União Democrática Nacional e os senhores Manoel Siqueira Luna, Antônio Tavares de Lira e Olegário Herculano do Nascimento, pelo Partido Social Democrático<sup>13</sup>.

A nível local, estava composta as bancadas de situação e oposição. Sobre os desejos de se construir a cidade podemos extrair certas imagens do discurso de abertura da primeira Câmara proferido pelo mesmo vereador/escritor Pedro Paulo de Andrade provavelmente na tarde de 29 de novembro de 1955, dia da primeira sessão legislativa, conforme consta o registro de Atas de 1955. No discurso, afirma o presidente da Sessão:

Portanto, levantou-se Aroeiras, para receber a coroa da autonomia; um dia de emoção sem conta para nós... Desligou-se de Umbuzeiro, não por divergência, e sim por atingir a sua fase de evolução, só nos resta agora, é a saudade daquela casa como o filho que instalando-se no seu novo lar, não esquece a casa que nasceu. Esta nova Comarca, esta nova cidade, exige de nós grande energia, para a sua construção: faltam-lhe regimento interno próprio, código de postura, imobiliário, prédios municipais e a cidade: vê-se um morro no leito da rua principal, riachos prejudicando ruas e até casas... O olho d'água das Aroeiras, de onde descende o nome de nossa cidade, esse nunca foi contemplado com nenhuma decoração, enfim, falta-lhe tudo. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu quisera saber expressar-me como desejo para falar bem alto e dizer aqui, o que sinto dentro de meu eu, o afeto de gratidão, a vontade de trabalhar e de transformar o nosso município, em igualdade de outros maiores existentes no Brasil. Outra cena de grande assunto: é a continuação das obras municipais, traçadas pelo benemérito Dr. Carlos Pessoa Filho, mas estou tranqüilo, porque vejo a frente da Câmara de Aroeiras, 7 homens de boa vontade, escolhidos pelo eleitorado livre de nossa terra, juntamente com o prefeito Sebastião Souto Maior, moço de caráter ilibado e cheio de entusiasmo cívico pela grandeza da terra comum...<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Leia as considerações de Gomes sobre a configuração urbana de Aroeiras (Cf. GOMES, I. Q. Aroeiras em fios de sua história. In: Antônio Clarindo Barbosa de Souza. (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. 1 ed. Campina Grande: EDUFPG, 2012b, v. 1, p. 1-100.

<sup>13</sup> Conferir Andrade, 1981, p. 42.

<sup>14</sup> Discurso proferido pelo senhor Pedro Paulo de Andrade, antigo vereador e presidente da Câmara Municipal, proferido no dia 29 de Novembro de 1955, data da instalação da 1º Mesa Legislativa do município de Aroeiras. (ATA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, 1955, p. 1).

A fala é digna de referência e a ela caberia uma análise de cada vocábulo. Ela está cercada de “zonas ocultas”, preenchidas talvez com as habilidades de oratória do legislador, homem de letras, antigo habitante local. Em seu discurso, por exemplo, não há espaço para as divergências político partidárias. Há, por outro lado, uma imagem da predisposição, um chamamento, um convite que prenuncia uma "missão". Ela expressa um desejo “de trabalhar e de transformar o nosso município, em igualdade de outros maiores existentes no Brasil”.

Nesse caso, a ideia de aformoseamento é decantada na possibilidade de transformar Aroeiras em igual modo a outras cidades brasileiras, destacando, certamente o contato com os ideários modernos que desde o final do séc. XIX invadiam as cidades e capitais brasileiras<sup>15</sup>. Aqui poderíamos falar em identidade, ou seja, na edificação de um imaginário local em que a “nova” cidade pudesse ganhar forma, mesmo que de acordo com as aspirações de sua elite letrada e política.

Nos termos de Pesavento (2007), “as identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual”. Desse modo, as “identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso”. Elas “fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado”, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de ideias e imagens que explica e convence<sup>16</sup>.

Essa identidade requeria demarcar um lugar próprio à cidade de Aroeiras, de identificação e pertença naqueles idos. Uma identidade que, em termos simbólicos, deveria estar em sintonia com as pretensões de atribuir forma urbana a cidade, de se apagar as amarras

---

<sup>15</sup> Veja-se as considerações de Sousa sobre as mudanças estéticas, higiênicas/sanitárias as quais vinham experimentando algumas cidades e capitais brasileiras. (Cf. SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra de. **Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil**. In. Revista Brasileira de História, vol. 1, n° 46, 2003, p 62/3). Ainda sobre os acertos teóricos e metodológicos para se verificar as experiências de modernidade das pequenas e médias cidades do Norte brasileiro entre os séc. XIX e XX, conferir Aranha (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)*. In: Ó, Alarcon Agra do. Et Ali. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2003).

<sup>16</sup> (Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007, [En línea], Puesto en línea el 05 enero 2007b. Disponível em URL: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em: 07 março 2012).

do passado criando por suas ruas elementos/monumentos de pertencimento a esse novo status. A Aroeiras do desejo dava sinais de seu aparecimento. Pois, a fala nos fornece um desenho da Aroeiras emancipada, a cidade “real” que se tinha em contraposição a uma “cartografia da nova cidade” que assumir forma desejada. Em termos materiais, “Aroeiras faltava tudo”. Era necessário intervir legalmente para o seu melhoramento urbano.

Essa forma desejada corta o discurso em vários lugares, dando contornos a uma cidade quase que invisível colorida pelo “imaginário”<sup>17</sup> daquela elite letrada. Estamos falando dos significados que o orador atribuía a uma “dada” realidade, criando um “discurso referente” ao estado material da cidade. Isso nos permite pensar em termos de “significado mental”. Neste caso, o discurso do legislador produz uma espécie de efeito como aquele analisado por Ricoeur ao indicar que todo “acto de fala”, no caso, no momento de pronunciamento do discurso, o orador além de “dizer algo”, “faz algo ao dizer” e “produz algo a dizer”<sup>18</sup>. Ou seja, ao dizer algo, o legislador faz algo ao exprimir sua vontade, seu desejo, dá forma a uma cidade desejada a partir de um referente material, a saber, seu estado de “desorganização material”. Esse algo, é em si sua significação de uma dada experiência, de modo que sua fala exterioriza essa experiência pela comunicação, pelo próprio discurso.

Para além de uma experiência pessoal, o desejo de Pedro Paulo entrava em sintonia com o continuísmo de certo programa implementado em administração passada, fazendo dessa aspiração um desejo que decorria, não por acaso, de parte dessa elite política local. Desejava-se “aformosá-la”. Tratava-se de um trabalho de (re)modelamento/construção urbana em nome do “progresso e civilização”. Obedecendo a esse fim, as reformas e melhoramentos tornam-se o palco da teatralização por excelência<sup>19</sup>. E, aos poucos, as reformas e melhoramentos foram dando novos contornos a cidade<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> Aqui cabe uma nota. É que a noção de imaginário é por nós tomada como sendo “representações imaginárias”, em que pese dizer que fazem “parte do vivido, não havendo separação entre palavras e coisas”. Nesta perspectiva, “o imaterial não é confundido com o não real”. Assim, a “cidade” a qual chamamos de “invisível” existiu/existe enquanto forma imaginária, enquanto fruto de representações possíveis. Ela pode não ter assumido forma “real” em termos concretos, mas ganhou contornos pintados pelo imaginário que a permitiu ganhar forma, existir em meio ao verniz das representações. Ver Arnaha (2006, p. 91) em nota de número 146, suas arguições sobre a noção de “imaginário” na leitura de Le Goff e Duby. (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUEFCG, 2006)

<sup>18</sup> (Cf. RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**: O discurso e o excesso de significação. Reimp. – Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 2ed. ISBN. 978-972-44-1573-4. 2009, p. 26-28).

<sup>19</sup> Referimo-nos ao campo aberto pelo “novo” historiador do político em tentar “desvendar mitos, ritos e símbolos que a sociedade resgata e a política coloca em cena”. Sobre isso, Leia em Aranha (2006, p. 20/1) e suas considerações sobre a “metáfora teatral” de uso na análise da “nova história política” na leitura de José

Nessa mesma reunião, a apreciação por parte do Legislativo dos Projetos de Lei que constaram no expediente do dia, podem ser indicativos desse desejo. Nesse projeto de Lei que recebeu a número 6, consta no "Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Aroeiras autorizado a abrir um Crédito Especial no total de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para a construção de um Mercado Público e indenização do Terreno onde o mesmo vai ocupar" e o "outro de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para aquisição de um aparelho de rádio Transmissão e um motor para fornecer energia elétrica para o referido aparelho"<sup>21</sup>.

Nesse projeto, enviado pelo executivo, Sebastião Souto lança sua intenção de se retirar o Mercado Público de seu antigo lugar. Uma pretensa transferência para a Rua da Areia, a qual chamamos em passagens anteriores de Rua do Aricurú como também era conhecida, mais distante do centro. Essa inquietação, a qual a documentação não nos fornece maiores informações, pode ser resultado de uma provável preocupação com a higiene do centro da cidade. Pois, nesse local, a exposição das "carnes" dividiam espaço com outros produtos da feira central. Seria uma preocupação sanitária? Talvez. Contudo, por algum motivo, que não apenas os problemas encontrados no terreno do Prédio destinado ao local do novo mercado<sup>22</sup>, a obra de construção do Mercado Público não saiu do papel. Ele continuou e, em grande medida, continua exercendo suas funções. Esse foi um dos empreendimentos que ficaram apenas no plano do desejo. Diferente do rádio e do sistema de transmissão, presentes igualmente no projeto 6/56. Esse se fez presente na cidade<sup>23</sup>.

---

Murilo de Carvalho e na esteira de Geertz (Op. Cit. p. 24). Ver ainda suas notas 25 e 26 do mesmo autor. Ainda sobre a noção de teatralização do poder ver as contribuições de Balandier citado por Aranha na nota 27 (p. 26).

<sup>20</sup> Sobre a dimensão teatral com a qual vinham atreladas as reformas implantadas em Aroeiras, a título de exemplo, veja a moção de Solidariedade ao "prefeito constitucional" apresentada por representantes da Casa Legislativa na Ata da Sessão Ordinária do dia 02 de Outubro de 1956 (p. 34) em que Sebastião Souto Maior é pintado como o "administrador de visão", cujos projetos visavam o engrandecimento da terra. Na moção, os representantes da casa falam em termos de que se trata de um administrador antenado com os problemas da cidade. Cabe ainda lembrar das várias visitas de Sebastião às sessões da casa afim de solicitar apoio aos seus projetos encaminhados a "casa". Talvez uma forma encontrada pelo antigo prefeito de "marcar" seu tempo com a imagem de um prefeito "preocupado com as coisas de engrandecimento da terra comum".

<sup>21</sup> Ibidem

<sup>22</sup> Na ocasião de apresentação do projeto de lei nº 6/56 é apresentada uma disposição em contrário na forma de Projeto Lei nº 7/56 que versa sobre a autorização de recebimento por parte do Prefeito a quantia de Cr\$ 6.153,50 (seis mil cento e cinquenta e três Cruzeiros) do Sr. Sebastião Augusto da Costa proprietário de um prédio na Rua da Areia pela prefeitura mas que havia apresentado vários problemas, "inclusive o de escrituração", não servindo, portanto, a prefeitura.

<sup>23</sup> Em 18 de Dezembro de 1956 o Prefeito Sebastião Souto Maior envia projeto a Câmara solicitando a "elevação de crédito de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para compra de um motor que deve servir ao rádio-fonia transmissor receptor e para pagar aluguel para da casa que há de servir

As investidas de Sebastião foram registrada por outro projeto de lei que receber o nº 8/56. Sobre ele, o seu Art. 1º diz: "Fica o poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no total de Cr\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil Cruzeiros) a ser dividido em duas partes; uma de Cr\$ de 60.000,00 (sessenta mil Cruzeiros) para aumento de verba das Estradas e Rodagens" e "outras de 8.000,00 (oito mil Cruzeiros) para saldar o débito de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil Cruzeiros) da planta desta cidade contratada pelo ex-prefeito João Evangelista Pereira com o topógrafo Luiz Teixeira Lima<sup>24</sup>.

Aqui, os desejos são no sentido de “melhoramentos” das estradas e rodagens. Antes, quando da “estagnação da vida econômica do município dada a falta de estradas e rodagens que a ligassem a outras cidades da região<sup>25</sup>”, naquele momento esse item passa a ser uma das prioridades do “novo” governo<sup>26</sup>. No projeto, há sinais de que a administração anterior havia recorrido a um saber técnico e necessário ao “mapeamento” topográfico da cidade. Uma evidência de que, já naqueles idos de 1953/5, os estudos topográficos serviram de engodo técnico aos primeiros metros de calçamento que ganharam forma pela rua central.

A pretexto de hipótese, a presença desse saber técnico, possa indicar uma preocupação com o “mapeamento” geográfico, na verificação dos limites municipais e intermunicipais, ou ainda populacionais, na constatação do número de habitantes do Município. Sobre isso, é bem provável que se tratasse de um trabalho de “escrita/mapeamento da cidade”. Nessa passagem é possível falarmos em um esforço *técnico*, levado a cabo pelo saber estatístico, topográfico/geográfico e também o “histórico” na tentativa de atribuir-lhe um “lugar” no tempo. Tendo a noção de lugar aqui tomada de empréstimo de Certeau (1994)<sup>27</sup>.

Pois bem, igualmente nesses projetos, a imagem dos políticos envolvidos na “missão” de se construir a cidade, de atribuir-lhe desejada forma urbana é envernizada. Nesse trabalho, retornando a fala de abertura da Câmara em 1955, além da falta de decoração nas ruas centrais

---

de residência para o funcionário que irá lidar com o referido aparelho e gratificação para o mesmo aparelho”. (Ata, Sessão Ordinária de 18 de Dez. de 1956, p. 40)

<sup>24</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>25</sup> Entre as décadas de 1930/40, a Enciclopédia registra que Aroeiras “não apresentava traços nítidos de desenvolvimento estando sua vida econômica, social e política estacionada no tempo dado o seu isolamento por falta de estradas que a ligasse aos demais centros vizinhos de maior progresso” (IBGE, 1960, p. 201).

<sup>26</sup> Constam, por exemplo, na Sessão de 18 de Dezembro de 1956, vários requerimentos e projetos de Lei sobre a criação de Estradas de Rodagem que cortariam o Município, dentre elas, uma Estrada de Rodagem que ligaria o Município de Aroeiras ao Município de Ingá, talvez em substituição a estrada carroçável que subia a Serra de Uruçú.

<sup>27</sup> Conferir (Cf. CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994).



do povoado outro elemento chamava a atenção e parecia inquietar nosso narrador naqueles idos de 1955. Tratava-se de um certo morro de “pedras” que se fazia presente no centro da cidade. Naquele tempo, parecia não mais adequada, “útil” ao estatuto da nova cidade, de modo que parecia carregar em sua forma uma condição “antiestética”<sup>28</sup>. Essa indicação traz consigo um desejo: retirar-lhe daquele espaço para (re)figurar o centro da cidade.

Feito os tramites legais, esse desejo ganhou forma escrita, um projeto de lei levado a apreciação da “casa”. Porém, dias antes, era 22 de Dezembro de 1956, o prefeito encaminha a casa uma “mensagem” seguida de Orçamento e Tabela Tributária para o exercício de 1957 que foram aprovados na mesma sessão, última reunião da casa naquele exercício de 1956<sup>29</sup>. É provável que nesse orçamento já estivesse estimado o saldo e abertura de crédito para a realização das obras de melhoramento da cidade. Naquele final de ano de 1956 as expectativas foram lançadas para o futuro, talvez, com a intenção de reabrir o tempo.

**O “morro de pedras” e a (des)configuração do lugar: a praça e os novos espaços de sociabilidades...** No dia 2 de março, os trabalhos da casa são retomados. Nesse dia, em horário regimental e estando presente um número legal de vereadores, num total de quatro, o presidente da aberto a Sessão. Era a segunda reunião do ano de 1957. A primeira ocorreu um dia antes, em 1 de março. Naquela tarde foi apresentado o projeto de Lei nº 1/57 do executivo local que em seu artigo primeiro dizia: "Fica o Prefeito autorizado a abrir um Crédito Especial no total de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) para conclusão do calçamento e obras para o embelezamento da cidade", tais como: "construção de um muro decorativo, ocultando a pedreira existente nesta cidade, construção de um abrigo, um pavilhão de recreio, bem como de bancos de cimento, etc."

O calçamento a qual se refere é o alinhamento da Rua do Comércio, estendendo-se até as mediações da pedreira. Como dissemos, trata-se de uma obra iniciada na gestão anterior. Contudo, o teor do projeto é ainda mais arrojado quando se trata de pensar o “embelezamento da cidade”. Aqui a pedreira assume uma representação recorrente no imaginário político local à época: ela “enfeava” o centro da cidade. Igualmente aqui, o sonho de “decorar” a cidade, torná-la atraente ao olhar cidadão, seja ao morador local, seja ao visitante, alcança um

<sup>28</sup> A noção de “antiestético” é pensado por Sousa (2003, p. 64) para designar a “condição” das áreas centrais das cidades brasileiras, “ou em cidades européias”, quando das reformas e transformações urbanas. antiestéticas eram, sobretudo, as moradias das áreas centrais sob os olhos dos administradores e urbanistas.

<sup>29</sup> Ata da Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 1956, (p. 42) e Sessão Ordinária do 27 de Dezembro de 1956 (p. 46)



Retirada das Pedras, onde

**Fotografia nº 01.** Trabalho de remoção das pedras da pedreira central. Década de 1950. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

referente material, pensado no trabalho de se construir “um muro decorativo”. O muro decorativo seria ainda contemplado com elementos da “cultura material<sup>30</sup>” como era o caso do “pavilhão recreativo” e os “bancos de cimento”.

Mais do que encobrir a pedreira, a obra daria lugar a Praça Central, a primeira praça que se tem conhecimento construída na cidade, certamente uma obra que além de “embelezar”, vinha atrelada a necessidade de

se criar um autêntico “passeio público” para a cidade, local de encontro e de sociabilidades<sup>31</sup>. De um modo ou de outro, nesse projeto, a forma da antiga pedreira, estava com os dias contatos. Os serviços começam imediatamente, concentrando esforços no trabalho de retirada das pedras. Sobre isso, a imagem abaixo nos atesta... A ela, devemos acrescentar uma nota teórica/metodológica lançada em lugar incomum. Aqui “supomos a análise das imagens fotográficas como documentos que permitem uma aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que, historicamente, permeiam as sociedades”<sup>32</sup>.

Na imagem temos uma fotografia posada em que “todos”, ou quase todos, param suas atividade e se voltam para o fotógrafo esperando o “click”. Dissemos “quase” porque alguns

<sup>30</sup> Sobre o conceito de cultura material, o estudo de Daniel Roche (Cf. ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades dos séculos XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 13-17).

<sup>31</sup> A despeito dessa obra é provável que viesse atrelada a um antigo desejo, presente no imaginário urbano das cidades que passaram por transformações ao longo dos Séc. XIX e XX. Esse anseio, por exemplo, esteve presente no imaginário da elite recifense se arrastando “por toda a segunda metade do séc. XIX”. Trata-se do anseio da “edificação de um autêntico passeio público”, naquele tempo, decantado “enquanto importante ingrediente da vida *civilizada*”. Um autêntico lugar de encontro e sociabilidade propício a “práticas e hábitos civilizados”. Aqui cabe a hipótese, cidade que se quer civilizada, deveria contar ao menos com um desses “lugares”. Contudo, “um anseio alimentado pelas elites locais durante décadas e que chega ao início da República sem que tenha sido concretizado”. Verificar Aranha (Cf. ARANHA, Gervácio B. Da vida pública noturna nas cidades do norte brasileiro: recepção ao teatro e ao cinema na passagem do Século XIX para o Século XX. In. Ariús. **Revista de Ciências Humanas e Artes**. ISSN 0103-9253. V. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008, p. 103-118. p. 106)

<sup>32</sup> Sobre o uso da fotografia pensada enquanto documento ver Cabral Filho (Cf. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade Revelada**: Campina Grande em Imagens e História. Campina Grande, UFCG, 2009).

personagens ainda estavam em movimento no momento click. Neste caso, a imagem supõe movimento, talvez indicando que o trabalho não poderia parar. Certamente uma imagem clicada como se desejasse ser guardada para posteridade. Aquele momento, representava, grosso modo, os esforços práticos de remoção da pedreira.

Dessa imagem, pode-se extrair certa representação que se criou na memória de alguns antigos moradores locais, a saber, a de que após a emancipação, nos lembra José Guedes, “aí o trabalho começou né, por que antes, trabalho era ruim, aí depois tinha serviço pra tudo”. Foi quando naquela época “o finado João Evangelista começou com esse negocio de trabalho, sabe, aqui aculá ajeitava um troço, tudo, tinha trabalho né e quando o finado Sebastião entro também arrumo muito trabalho né<sup>33</sup>”. Certamente uma pedagogia do trabalho ganha forma nessa imagem e de algum modo encontra pontos de referências na memória local sobre a emancipação.

O fato é que, o encobrimento da praça, se deu em conjunto com outras obras dirigidas ao plano de embelezamento do centro da cidade. Dentre elas, a própria continuação do calçamento da Rua do Comércio, ou Rua Grande como também era conhecida. No caso da praça, a obra ainda aparece com o objetivo de abertura do centro da cidade, na medida em que por ali “só passava um carro apertado... ai ele aproveitou fez o muro, planeou em cima e fez a praça”<sup>34</sup>, tornando assim um importante conector no projeto de remoção da pedreira. A imagem abaixo nos dá conta desses aspectos. Vejamos...

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Senhor José Guedes de Oliveira (Deca) 04 de Maio de 2009.

<sup>34</sup> Informações retiradas da entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

Essa fotografia certamente é da década de 1960. Ela nos dá sinais da obra que encobriu a pedreira, bem como outros melhoramentos no centro da cidade. A praça é mais um sonho e um desejo que ganhou forma “concreta”, com os bancos de cimento “armado” e a iluminação elétrica. Além desses itens atrativos a visitação, acima o pavilhão de recreio, uma espécie de dance que a imagem não capta, mas que ficava logo acima das proximidades do palanque, a saber, da laje em concreto armado ao centro do muro, faziam da praça um novo local de *encontros e sociabilidades*. Neste caso, ela pode ser pensada como um símbolo de elegância, quiçá compatível com o status urbano que a cidade deveria assumir no imaginário

**Fotografia n° 2** – Centro da Cidade. Década de 1960. Acervo Biblioteca Pública Municipal.

de sua elite.

Na imagem, se a circulação de automóveis não era em um ritmo intenso, é de se acreditar que naquele tempo “veículos motorizados” não apenas visitavam “a nova cidade”, mas se faziam presentes<sup>35</sup>. A esquerda da imagem, alguns moradores locais se amontoam na calçada. Talvez curiosos por escutar alguma notícia, mesmo que local, veiculada pelo aparelho de rádio-transmissão da Prefeitura. Localizado a altura da praça central, acima da casa à esquerda, o aparelho de auto-falante fazia ouvir a distância. Certamente, um equipamento que, para além dos interesses pessoais, de uso da prefeitura como um verdadeiro mecanismo de propaganda, fazia agradar aquela rua central e muitos que por ela passavam. Exceto, se a notícia viesse a ferir algum daqueles antigos moradores<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Andrade, quando escreveu sobre a história local, registrou em seu conjunto de “datas notáveis” que “1919 – A povoação recebeu, pela primeira vez, um veículo motorizado”. (Cf. ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua Origem**. A UNIÃO Cia. Editora, 1984, p. 40).

<sup>36</sup> Conferir Ata da Sessão Ordinária em 25 de Junho de 1957, p. 60, o pronunciamento do vereador Manuel Siqueira Luna e o requerimento de “protesto” apresentado pelo vereador Silvino Fernandes de Moura contra as atitudes do prefeito. Ao que tudo indica, em sessão anterior teria visitado a Casa como de costume, certamente para acompanhar o andamento dos trabalhos e dos tramites de projetos de seu interesse. Acontece que nessa sessão, por algum motivo, Sebastião se mostrou exaltado com “palavras furiosas, faltou com o respeito” aos vereadores da Casa. Certamente, esse episódio foi levado ao conhecimento do público por meio dos serviços de rádio-fonia expondo a versão do prefeito. Ver ainda justificativa de Pedro Paulo, líder da bancada de situação, para explicar os atos de pronunciamento do prefeito. Veja Ata da Sessão ordinária de 27 de junho de 1957.



**As sensibilidades urbanas...** No mais, de certo a presença da praça mudou a paisagem urbana do centro da cidade. Para um de nossos guias pelas ruas de Aroeiras no contexto, num lapso de tempo em que saíra para visitar sua terra natal no sertão da Paraíba, mais precisamente na cidade de Souza, relembra que “quando eu voltei ai já tava uma pracinha sabe quando eu sai daqui... era muita pedra ali... quando eu voltei já... tava a praça feita<sup>37</sup>”. Evocando certas lembranças de tempos de outrora, de um modo ou de outro, parece que nosso narrador havia sensivelmente percebido que algo havia mudado ali. E se não fazia de Aroeiras uma cidade moderna por excelência, suscitou certa sensibilidade, ao que se diz, impressões de se poder estar em sintonia com o mundo moderno, com certos aspectos da vida urbana e civilizada.

Sobre a praça, outras memórias foram agenciadas. Para o senhor Gilberto, a praça constituiu-se como “obra histórica da gestão de Sebastião Souto Maior que demoliu a pedreira naquele tempo atrasado”<sup>38</sup>. Nesse relato, a praça assume uma forma identitária que “se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar”. Em termos de criação de identidade com o espaço “tais marcos, como se pode bem apreciar, têm seu *locus* preferencial de referência nos centros urbanos, núcleo onde tudo começou”. Posto que “a construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural<sup>39</sup>”.

Por outro lado, a praça parecia não agradar a todos. D. Maria lembra, em um dado presente, que quando suas filhas queriam ir pra praça à tardinha, onde existiam muitos casais de namorados, ela dizia, “pra ali num vai não, que ali vão muitos rapazes namorar e eu num quero não”<sup>40</sup>. Certamente, outros códigos sociais estão presentes na fala de nossa narradora que nos permite situá-la em um tempo presente que se faz rememorar sobre um dado passado.

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Senhor José Guedes de Oliveira (Deca) 04 de Maio de 2009.

<sup>38</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

<sup>39</sup> Conferir Pesavento (2007).

<sup>40</sup> Entrevista concedida ao autor pela Sr<sup>a</sup> Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

Aqui, talvez seja necessário, como fez Gaeta (1995, p. 158) cotejar “este tempo de ‘de moço’ do ‘cabelo preto’, com o tempo presente, ‘o tempo das rugas e das dores de pernas’, entre indivíduos hoje pertencentes a diferentes categorias sociais”, para se conhecer determinadas representações inscritas sobre o passado<sup>41</sup>.

Nesse relato, a cidade do desejo, sonhada e/ou temida, também é percebida. Ela apresenta-se com uma dupla face, pintada diferentemente por aqueles que a viveram e que, em um outro tempo se fazem lembrar de sua experiência vivida. É provável que falemos em uma cidade, ou em cidades da memória que nos é apresentada por meio das lembranças. E, sobre elas, Gaeta (1995, p. 157/8) “as cidades da memória; as cidades ocultas; as cidades e os mortos, as cidades e os símbolos, entre outras, exprimem as tensões entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas”.

**A iluminação pública de Paulo Afonso: os desejos de equipar a cidade com um novo sistema de luz elétrica...** Em 1959, assume a prefeitura o Sr. Joaquim Antônio de Andrade, novamente apoiado por Carlos Pessoa Filho. Por essa época, era provável que o motor de luz também não fosse condizente com os pretensos ares modernos com que esses administradores pintavam a cidade<sup>42</sup>. Os projetos de iluminação das ruas da cidade dão sinais de aparecimento por volta de outubro de 1962. Nesse tempo, as Atas do Legislativo falam sobre a contratação de empresa de eletrificação da sede do município. É o caso do projeto de Lei nº 27/62 apresentado pelo executivo a Câmara em 30 de Outubro de 1962. Nele o prefeito pede a autorização para abertura de crédito no valor de “Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) para contratar projeto referente a eletrificação da sede municipal”.

---

<sup>41</sup> Veja-se (Cf. GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo**. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 1nº 30, p. 157-170, 1995).

<sup>42</sup> Alguns projetos e requerimentos trazem consigo a proposta de abrir crédito especial para consertar o motor de energia. É o caso de Lei nº 1/61 do executivo local levado ao conhecimento do legislativo em 23 de janeiro de 1961 abrindo crédito de Cr\$ 20.000,00 para o conserto dos motores de luz de Aroeiras e Pedro Velho. No caso do motor, é preciso fazer lembrar que em 1936 é instalado um motor em Aroeiras para o fornecimento de energia elétrica pelas principais ruas e em algumas residências da cidade. Sobre a instalação e inauguração da luz elétrica em Aroeiras conferir A Imprensa, Sábado 1º de Agosto de 1936, João Pessoa, p. 3.

De fato, nesse tempo, por volta de 1963, já no final do primeiro mandato de Joaquim Antônio de Andrade, a energia elétrica da cidade já havia sido inaugurada com direito a desfile e orquestra animando as ruas da cidade. É o que a imagem ao lado nos mostra. Na foto vê-se o desfile de autoridades políticas seguida de moradores, na inauguração da Luz Elétrica de “Paulo Afonso”, como ficou conhecida.

Na imagem, à direita, de terno encontra-se o então prefeito Joaquim Antônio de Andrade, seguido do representante do governador Pedro Gondin e, por último, o então secretário de Agricultura do Estado, o Sr. Carlos Pessoa Filho e sua esposa Terezinha Pessoa de vestido branco à esquerda foto. Eles abrem o cortejo de inauguração. A presença do representante do governo estadual é um forte indício para instalação da luz elétrica o executivo estadual esteve presente deliberando recursos. É provável que muitos dos projetos aos quais citamos anteriormente tenham tido a participação do estado. Além da energia



**Fotografia n° 03** - Inauguração da Luz Elétrica.  
Acervo: Biblioteca Pública Municipal

elétrica, a década de 1960, em sua primeira metade, foi palco para implantação de outras obras e instrumentos modernos que desfilaram nos pontos que conectam o desenrolar dos projetos de transformação urbana.

#### **Do documentário fotográfico às imagens da cidade em fins da década de 1960...**

Ainda na década de 1960, na segunda administração do prefeito Joaquim

Antônio de Andrade (1969-1973), Aroeiras recebeu outros melhoramentos como uma espécie de continuidade aos desejos de se dar forma urbana a cidade. Nesse tempo, intencionalmente contratou um estúdio fotográfico na cidade de Campina Grande para registrar tais obras. O estúdio Elite Foto se encarregou de fazer o trabalho, cujo resultado foi intitulado: “Documentário fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito Joaquim Antônio de Andrade”. O documentário possui um acervo de 25 fotografias, todas legendadas com as indicações do espaço em que foi produzida e da obra que ali foi implantada.

Trata-se, certamente, de um conjunto de imagens produzidas para o engrandecimento e promoção do prefeito em questão. Forte indício de imagens usadas como instrumentos de

propaganda política. Pena que as imagens não possam nos "falar" das possíveis reutilidades pública dessas obras, que não "falem" como foram tramadas, etc. Logo, a título de exemplo, destacamos a capa do documentário para se fazer uma leitura a fim de detectar a forma como naquele contexto a administração pública se encarregou de representar a ordem de mudanças as quais passava a cidade. Obviamente que devemos levar em considerações todas as intenções com as quais o fotógrafo tenha registrado tal(is) imagem(ns), de modo que não pensemos ter nelas uma representação "fiel", total de como era a cidade nesses idos. Como um documento, devemos criticamente analisá-lo, pensar que nele não encontraremos naturalizações. Vejamos a imagem...

Tecnicamente preparado pelo olhar dos especialistas em fotografia, temos a vista uma imagem memorável e um tanto quanto simbólica. Trata-se da imagem do prefeito engenhosamente trabalhada junto a símbolos caros ao imaginário moderno, imbuído pelos preceitos da modernização. A fábrica, a engrenagem, a bigorna e o martelo põe o prefeito em sintonia com o mundo moderno em sua relação com a modernização e representam instrumentos indispensáveis ao engrandecimento da terra. Nela, o operoso prefeito posa em tom de seriedade indicando ser um homem de responsabilidade com os negócios públicos. O seu traje enverniza essa pretensão. Certamente uma imagem digna de nota, preparada para guardar para posteridade. Aqui, não é falsa a impressão que se trata de um documentário oficial e técnico, um registro memorável cercado de intenções.

Por outro lado, aqui também investimos numa hipótese: ela diz que a cidade é "mais como uma espacialidade marcada por uma multiplicidade de sentidos conferidos pelos que a habitam ou visitam"<sup>43</sup> do que pela materialidade concreta que pode abrigar. Logo, pode-se



**Fotografia nº 04** - Capa do Documentário Fotográfico das obras realizadas na administração do prefeito Joaquim Antônio de Andrade. 1969-1973. Acervo pessoal Iordan Q. Gomes.

falar em termos de "cidade sensível" em que pese verificar a forma como os atores sociais perceberam, recepcionaram, significaram o novo, as mudanças que, de um modo ou de outro, impactaram o seu cotidiano. Por isso, estamos convictos de que a seu modo, aqueles que viveram essa

es sensíveis" na ótica de Corbin (1998).



cena cotidiana criaram, a partir dos sentidos, da percepção, uma “montagem que lhe é própria” dessa ordem de acontecimentos.

**Uma ou duas inquietações em termos de considerações finais...** Por fim, o leitor atento deve está se contorcendo a perguntar: está se dizendo que a Aroeiras que habitou esse passado transformou-se em uma cidade moderna por excelência? Sabemos que a resposta é não. Ela permaneceu uma pequena cidade interiorana, cercada de práticas e hábitos rurais, ou seja, com seus limites e seus impasses. Sobre seus impasses e limitações, a leitura da imagem número dois pode nos ser indiciária. Propositamente o leitor pode a ela retornar, a fim de (re)fazer uma leitura possível da imagem a partir de seus indícios.

Lá, ao fundo da imagem, vê-se um animal, certamente um “jerico” carregado, provavelmente, de água. Ele ganha destaque no centro da rua e também da imagem. E, neste caso, se o fotógrafo teve a pretensão de captar as mudanças pelas quais passou o centro da cidade naqueles idos de 1950, as quais também são notórias, aquele animal pode ter frustrado suas intenções. Isso se levarmos em consideração o plano do desejo que deu forma a praça e as reformas na rua central, a saber, as pretensões de se “decorar” o centro e seu entorno à luz de certos empreendimentos e feições modernas de modo aformoseá-la e apagar seu passado rural.

Ao final, pode-se dizer que Aroeiras permanecia uma pequena cidade em que traços de urbanidade e as impressões modernas estavam intimamente ligadas. Porém, isso não impediu que seus moradores imprimissem certas sensações/representações diante do contato com esses elementos novos que passaram a compor sua paisagem, ou ainda, o seu cotidiano. Aqui nos fica uma impressão: a cidade sonhada e desejada também é uma cidade vivida.